

Recebido: 20/10/2015

Aprovado: 13/01/2016

Política e Memória: o Integralismo no pós-1945

Rogério Lustosa Victor*

Resumo: *a partir de 1945, após praticamente uma década de ditadura, o Integralismo buscou reinserir-se no espaço político. No entanto, após a Segunda Guerra, as representações do passado recente presentes na memória social quanto ao Fascismo tornaram-se quase unanimemente negativas. Desse modo, o Integralismo teve que enfrentar os usos políticos que se faziam da memória. As representações do passado que marcavam o Integralismo como fascista, golpista e ridículo, construídas principalmente durante os primeiros anos da ditadura Vargas, eram novamente expostas no espaço público. Disputar as representações do passado foi embate não negligenciado pelos integralistas do pós-guerra, pois eles sabiam que somente se exercessem certo controle sobre a memória social, poderiam validar o projeto político integralista no Brasil.*

Palavras-chave: *Política; Memória; Integralismo.*

Abstract: *From 1945, after one decade of dictatorship, Integralismo sought to place itself in the political mainstream. However, after the Second World War, the representations of a recent past belonging in the social memory, regarding the fascism, became almost ubiquitously negative. This way, Integralismo had to face the political use of the social memory. The representations of the past which labeled Integralismo as fascist, coupist and ludicrous, mainly built during the first years of Vargas dictatorship, were again exposed to the public. The action of questioning this historical commonplace statement was not neglected by post war integralistas as they knew that only reading the past closer to what came from their memories could validate the integralista political project in Brazil.*

Keywords: *Politics; Memory; Integralismo.*

* Doutor em História pela UFG, professor da Universidade Católica de Brasília. E-mail: rogeriolustosa@yahoo.com.br

Introdução

O movimento integralista organizou-se na década de 1930 enquanto partido político, mas pouco tempo depois perdeu a possibilidade de atuar na legalidade: a ditadura instalada pelo golpe desfechado por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, cancelou os partidos políticos e, entre eles, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Os integralistas então conspiraram contra o Estado Novo e intentaram derrubá-lo no que ficou conhecido como *Putsch* Integralista de maio de 1938. A intentona fracassou e a partir daí, de maneira aberta, o Estado Novo teve o Integralismo como inimigo.

O Estado Novo foi ator privilegiado no processo de formação da memória social, em especial por via dos jornais de grande circulação e dos livros didáticos de história, dado que ele, ao estabelecer controle sobre a imprensa e sobre a escola, foi capaz de selecionar representações do passado que foram disponibilizadas para grande número de indivíduos, os quais incorporaram essas representações como se fossem suas.

Noutros trabalhos pudemos constatar que os livros escolares de história foram utilizados com grande proveito pelo Estado ditatorial, o qual controlou as diretrizes do seu processo de feitura e, desse modo, foi capaz de estabelecer, para o público escolar, uma versão autorizada da história do Brasil. Nesta, o Integralismo foi representado com pequena ênfase. Nos livros que o abordaram com um pouco mais de ênfase, ele é sempre indicado como o fascismo brasileiro, extremista e perturbador da ordem. Desse ponto, parte-se para o levante de 1938, ação que está sempre presente nos livros didáticos do período, mesmo nos que dedicam pouquíssimo espaço ao Integralismo: o movimento golpista é exclusivamente integralista e foi facilmente dominado. Semelhante narrativa já estava disponibilizada ao público por intermédio da grande imprensa e os livros didáticos a retomaram. A memória transmuta-se em história e ocupa o seu lugar. Efetivamente, construiu-se uma narrativa bem elaborada acerca do Integralismo e fixaram-se as ideias-imagens que marcaram as representações mais compartilhadas relativas ao movimento dos camisas-verdes: fascista/nazista, quinta-coluna, totalitário, patético e risível tornaram-se características do movimento integralista presentes na memória social.

É diante dessa memória que, a partir de 1945, com a democratização, os integralistas rearticularam-se em torno de uma nova sigla, o Partido de Representação Popular (PRP). A passagem do tempo nada alterou a perspectiva integralista e a reafirmação de sua

mesmidade¹. Mas, o esforço da recomposição integralista esbarrava na solidez da fórmula, amplamente aceita pela sociedade: o Integralismo é igual ao Fascismo. Assim, a luta política integralista no pós-guerra deu-se também no sentido de exercer a posse da interpretação do passado e modificar a sua interpretação dominante. Luta que escapou do âmbito da memória e atingiu o domínio da história, pois que na historiografia, a reflexão sobre o Integralismo carregava as marcas da memória social. O Integralismo é assemelhado ao Fascismo, apesar dos inúmeros adjetivos que visam qualificar a especificidade desse fenômeno político nos trópicos. Não cabe aqui acompanhar a produção acadêmica em torno de tema tão controverso. Nosso propósito é discutir o espaço do embate político por via das disputas pelas representações do passado no âmbito da memória. Grosso modo, aos integralistas incomodava a forma como era escrita a atuação do Integralismo na história política do país, notadamente quanto ao levante de maio de 1938 e a equivalência Nazismo/Fascismo/Integralismo. Para eles, a história mais vulgarizada estava desvirtuada e caluniava o Integralismo. Fazia-se mister, pois, entrar também nesta disputa, qual seja, a da escrita da história, a qual, de algum modo, é também disputa de memórias, “pois o que está em jogo é a definição do que deve ser lembrado”. E essa disputa pela escrita da história “restitui o laço entre história e política [...], sugerindo a percepção de um projeto que, embora alicerçado no presente, visa, simultaneamente, o passado e o futuro” (SANDES, 2004: 104).

O projeto memorial integralista e os livros didáticos de história

Para as lideranças integralistas do pós-guerra, nos livros didáticos de história², o Integralismo estava reduzido ao que a memória construída nos anos de 1930 sentenciou: que se tratava de movimento extremista de direita, fascista, e que tentou dar um golpe que, no entanto, foi facilmente dominado. Essa era uma história falseada a qual era preciso revisar. Tal situação era manifestada pela militância integralista, e o jornal *A Marcha*, seu principal veículo de comunicação do pós-guerra, não a negligenciou. Em sua edição de 25 de dezembro de 1953, há na seção *Cartas à redação*, a publicação de texto enviado de Batatais por Antônio

¹ A palavra mesmidade (*sameness*) está sendo empregada no sentido oposto ao de alteridade (*otherness*), ou seja, aponta para a ação integralista no sentido de construir o seu próprio mundo e de viver no seu próprio eu.

² Entre os livros didáticos de História do Brasil mais utilizados no período estavam os seguintes: SILVA, Joaquim. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956; LOBO, R. Haddock. *História contemporânea e história do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959; HERMIDA, Antônio José Borges. *História do Brasil*. São Paulo: Editora do Brasil, 1957. Em todos eles, as narrativas referentes ao Integralismo, para as lideranças integralistas, falseavam a História do Brasil.

Bretas Carmo, o qual ganhou, no semanário integralista, o título de *Inverdades na História do Brasil*. Na sua carta ao semanário, Carmo narra que estava viajando de trem pelo interior e aproveitava o tempo disponível para reler “a conceituada História do Brasil de João Ribeiro, atualizada no corrente ano pelo seu filho Joaquim” (*A Marcha*, 25 dez. 1953, p. 2). Mas, para Carmo, havia um momento em que a narrativa de Ribeiro precisava ser publicamente ratificada, na qual, ao se referir ao levante contra a ditadura Vargas, em maio de 1938, disse que “Os integralistas tentaram um putsch a 11 de maio de 1938, etc., etc.” (*A Marcha*, 25 dez. 1953, p. 2). Para o autor da carta, a despeito de o golpe ter sido heroico e gesto de justa repulsa à ditadura, não se podia afirmar, “com verdade que havia sido exclusivamente de integralistas” (*ibidem*) e que era “público e notório [...] que os acontecimentos de 11 de maio de 1938 resultaram de um movimento coordenado entre as várias correntes de opinião pública” (*A Marcha*, 25 dez. 1953, p. 2). A carta terminava com um apelo à juventude a fim de que ela combatesse as inverdades sobre a história pátria: “Pulverizem, jovens, triturem ruidosamente as inverdades enxertadas na História da Pátria. Urge restabelecer a verdade!” (*ibidem*). E a verdade a que o Sr. Carmo referia-se quanto à história pátria era, obviamente, naquele olhar, o que a memória integralista construía como passado.

E, de fato, transformar a memória integralista na História do Brasil, foi projeto empreendido pelas lideranças integralistas. Em meados de 1957, o Conselho Político Nacional do PRP sugeriu que o partido viesse a protestar junto ao presidente da República e ao ministro da Educação contra a adoção de livros escolares que “falseavam” a História do Brasil quanto ao Integralismo. A sugestão do Conselho Político era a de protestar “contra a adoção oficial de livros escolares em que a história do Integralismo encontra-se inteiramente desvirtuada, principalmente no que diz respeito à sua atuação na vida pública do país” (*A Marcha*, 5 jul. 1957, p. 1). Para semelhante intento, o conselho sugeria que “Os deputados federais integralistas deverão ser incumbidos desse protesto junto às autoridades federais que, somente por um descuido não se pode mais admitir, têm aprovado tais livros caluniadores do integralismo [...]” (*ibidem*). Já que as autoridades federais eram incumbidas de aprovar ou não os livros didáticos (funcionários do Conselho Nacional do Livro Didático) e os livros aprovados estavam caluniando o Integralismo, então o Conselho Político do PRP sugeria aos deputados federais do partido que intervissem politicamente para evitarem que o passado fosse desvirtuado. Mas o que era para o referido conselho caluniar o Integralismo? Sem dúvida, tratava-se de qualquer representação do passado que fosse estranha a própria memória integralista. O Conselho Político do PRP buscava, por isso, mobilizar os parlamentares

perrepistas a fim de interferir politicamente no espaço em que as representações do passado ganhavam maior circularidade, qual seja o do livro didático, para que a memória integralista pudesse ocupar as páginas da história.

No mesmo ano em que o Conselho Político Nacional do PRP fez a citada sugestão, os perrepistas viram uma iniciativa em São Paulo que parecia abrir brecha para o seu propósito de reformular a História do país. Tratava-se da organização da Primeira Jornada Paulista de Revisão da História do Brasil, marcada para ocorrer em dezembro de 1957. Acerca dela, os perrepistas assim se pronunciaram: “Tratava-se de empreendimento dos mais louváveis, pois, com efeito, conforme assentou o secretário da Comissão Organizadora da referida Jornada, prof. Tito Lívio Ferreira, o ensino da História do Brasil está sendo deturpado” (*A Marcha*, 6 dez. 1957, p. 3). E Tito Lívio disse ainda que “os autores têm se limitado a copiar os mesmos assuntos sem se darem ao trabalho de verificar a exatidão histórica” (*ibidem*). A posição geral do presidente da comissão agradou aos integralistas, uma vez que o seu olhar para a história aproximava-se do dos integralistas num aspecto caro a estes, o de que opunha simplificada nas narrativas históricas o que era “verdade” ao que era “mentira”, a história marcada pela “exatidão dos fatos” da que deturpava os acontecimentos. E a História do Brasil que não falseava a verdade para os integralistas era, na verdade, o que a memória integralista narrava acerca do passado. A memória era tomada como história e, portanto, aquela deveria substituir as narrativas históricas que, por sua vez, estavam deturpadas.

Vendo nos trabalhos da comissão uma oportunidade para que fossem feitas as devidas correções à história, o jornal *A Marcha* apresentava aos revisionistas que os integralistas tinham contribuições a fazer àquele empreendimento: “Gostaríamos também, aproveitando a oportunidade, de apresentar uma sugestão aos revisionistas de nossa História” (*A Marcha*, 6 dez. 1957, p. 3). E o semanário prosseguiu, apresentando à Comissão Organizadora da Primeira Jornada Paulista de Revisão da História do Brasil a seguinte sugestão:

[...] implantando o Estado Novo no Brasil, em 1937, o falecido presidente Vargas descontentou a muitos brasileiros que não se conformavam com um regime ditatorialista e pretendiam restaurar a Carta Magna de 1934. Começaram, então, os entendimentos políticos nesse sentido. A esse respeito, não há nada melhor do que a entrevista do prof. Miguel Reale aos ‘Diários Associados’, historiando os acontecimentos (*A Marcha*, 6 dez. 1957, p. 3).

Na narrativa integralista difundida em seu principal jornal, as memórias de Reale quanto ao golpe de 1938, tornadas públicas pelos *Diários Associados*, equivaliam à história.

E, segundo Reale, a verdade acerca de 1938 era que aquele levante adveio da condição criada por Vargas ao estabelecer uma ditadura, impossibilitando aos grupos organizados — ou seja, naquela visão, aos liberais e aos integralistas — a participação na política do país. Em face dos acontecimentos, quando “Postos fora da lei tanto integralistas quanto liberais, sentiam todos os adversários da situação a necessidade de unir esforços para restabelecer as liberdades comuns” (*A Marcha*, 6 dez. 1957, p. 3).

Ao ser indagado pelo jornalista dos *Diários Associados* se houve entendimentos no que concerne ao levante armado que eclodiu em maio de 1938 entre a oposição liberal a Vargas e os integralistas, Reale respondeu: “— Houve, e ninguém poderá contestar” (*A Marcha*, 6 dez. 1957, p. 3). E Reale concluiu sua entrevista com as seguintes palavras: “O objetivo imediato que tínhamos em vista era, como já expliquei, o restabelecimento da Constituição de 1934, assegurada pela liberdade aos partidos para as suas atividades pacíficas” (*ibidem*).

Ficava, então, a sugestão para a comissão, já que se via “claramente que o movimento de 1938 visava restaurar a constituição de 1934 e contava com liberais e integralistas” (*A Marcha*, 6 dez. 1957, p. 3), entretanto “os livros didáticos chamam de ‘Intentona Integralista’ à precipitação desses acontecimentos, verificada no dia 11 de maio” (*ibidem*). Era preciso instituir a verdade nos livros didáticos de história e a comissão formada para a sua revisão tinha agora a oportunidade de fazê-lo. Para tanto, na visão dos integralistas, bastaria utilizar-se das memórias de Reale, as quais eram lidas não como memória, mas como história, e esta com “exatidão dos fatos”, e que ninguém as contestasse. A memória integralista demonstrava então sua enorme pretensão de projeção ao buscar se transfigurar em história.

Na mesma longa matéria do semanário acerca das sugestões direcionadas à comissão para a revisão da História do Brasil e trazendo o subtítulo *Integralismo não é fascismo*, o jornal *A Marcha* tocava num ponto central das representações do passado negativo ao Integralismo: o da equivalência simbólica entre o Integralismo e o Fascismo/Nazismo. Para os integralistas, era preciso também corrigir essa terrível deturpação histórica e isso se punha como um dever para aquela comissão, como o semanário expressou: “essa deturpação a respeito da doutrina de Plínio Salgado deve ser desfeita pelos revisionistas da História do Brasil” (*A Marcha*, 6 dez. 1957, p. 10). E, para os líderes integralistas, além de esta equivalência ser um erro, ela não era acidental ou oriunda de equívoco analítico; ela era proposital e só podia ser vista pelos integralistas como uma façanha de seus inimigos

comunistas que a teriam forjado e que, sem dúvida, deveria ser corrigida pela comissão, como se lê naquela mesma matéria:

Devem os professores de São Paulo desfazer o erro proposital (elaborado por comunistas infiltrados no Ministério da Educação, naturalmente) inserido nos compêndios oficiais, de apresentar o Integralismo como sinônimo de Fascismo ou Nazismo, quando em sã consciência todos sabem que isso é mentira descabida (A Marcha, 6 dez. 1957, p. 10).

À vista disso, pode-se dizer que, para os integralistas, tudo o que destoava das representações do passado presentes em suas memórias era visto como calúnia e deturpação, como mentira descabida. Após darem essas sugestões para “corrigir” a História do Brasil no sentido de torná-la semelhante, naqueles pontos, às narrativas próprias de sua memória, a única coisa que poderiam fazer era ficar “esperando que a revisão de nossa história seja feita o quanto antes, a fim de que os estudantes não mais incidam em erro de História do Brasil exatamente por terem estudado a ‘História do Brasil’[...]” (A Marcha, 6 dez. 1957, p. 10).

Além da preocupação com os modos como o Integralismo aparecia nos livros didáticos de história, os perrepiristas advogavam que era necessário repensar a História do Brasil também noutras frentes.

No jornal *A Marcha*, em matéria intitulada *Imperativo histórico dos águias brancas*, lia-se acerca da insatisfação integralista, a partir das posições do chefe Salgado, com uma suposta característica das narrativas mais difundidas da História do Brasil, a que teria como marco inicial do país o descobrimento em 21 de abril de 1500. Dizia o texto: “Insurgindo contra o ensino clássico que situa o início da história do Brasil em 21 de abril de 1500, Plínio Salgado reivindicou, com muito acerto, o recuo de nossas origens aos primórdios da história lusitana” (A Marcha, 11 fev. 1955, p. 5).

Supomos que os acontecimentos que se consagraram como fatos históricos na percepção mais compartilhada do passado fixam os pontos por onde se tece uma temporalidade, um sentido dominante. Ao termos o “descobrimento” como fato histórico inaugural, firma-se um sentido em que os portugueses são os agentes centrais da construção do Brasil e aloca-se para 1500 o que efetivamente não estava lá, isto é, o próprio Brasil. Salgado não questiona a importância dos portugueses e tampouco o 1500 como marco; ele busca uma origem do Brasil como ainda mais portuguesa. E, refletindo acerca deste recuo do início da História do Brasil e legitimando-o, a matéria no jornal integralista prossegue afirmando que:

Estudando, pois, a história pátria, não de 1500 para cá, mas a começar das primeiras manifestações de formação nacional da gente lusíada – da qual herdamos as nobres tradições espirituais, étnicas, políticas e sociais – encontraremos uma constante, graças a qual a nacionalidade portuguesa firmou-se definitivamente e venceu todas as dificuldades iniciais e posteriores que ameaçaram sua integralidade, em várias épocas: a constante de um profundo sentimento de amor à Pátria, de um forte senso do dever e de uma apurada intuição em face dos problemas que surgem, a cada passo, na vida dos povos (A Marcha, 11 fev. 1955, p. 5).

Sob essa perspectiva, a importância do fato descobrimento não é desfeita, mas é diminuída, na medida em que vários dos sentidos alocados para o 1500, como marco fundante, desaparecem, pois aquela enaltecida peculiaridade da nação portuguesa “transmitiu-se, naturalmente, à jovem nação [...]” (A Marcha, 11 fev. 1955, p. 5) e o 1500 seria mais continuidade que início. Tem-se aqui a visão de tempo evolutivo, em que se privilegia a saga cristã portuguesa do “espírito das cruzadas, que veio com as velas enfunadas da esquadra cabralina” (*ibidem*). Assim, no fato do descobrimento e da construção do Brasil, já estavam presentes o antes — e ele era português — e o depois, que era o Brasil lusitano.

Evidentemente, na construção da nação brasileira teriam que aparecer índios e negros, mas eles só o fazem como grupos que colaboram com a ação heroica do branco/português/cristão, o qual chega a adquirir como ressalta a referida matéria,

vigor mais acentuado, por influência dos caldeamentos étnicos verificados entre os elementos europeus, os indígenas – cujas qualidades intuitivas são notórias – e os negros trazidos da África, os quais legaram à nova raça que se plasmava a resignação e a resistência estoica em face do sofrimento (A Marcha, 11 fev. 1955, p. 5).

O ideário nacional integralista aparece também na perspectiva de leitura histórica, na qual o passado é encontro harmônico entre os diversos grupos étnicos, e, aos brancos, os não brancos, vêm apenas se somarem. Não se têm nenhum olhar para as singularidades de negros e índios, apenas estigmas: capacidade intuitiva indígena e resignação e resistência estoica dos negros, os quais contribuem para a organização da nação brasileira.

Assim, no tocante à diversidade étnica e à presença de negros e índios no passado de nossa sociedade, na história proposta pelos integralistas para estar presente nas narrativas de história (e que, aliás, não diferia – e não difere – muito do que é, em termos gerais, encontrado, ao menos nos livros didáticos de história), encontraríamos o silêncio, e, nele, o

brasileiro negando suas origens, contando e selecionando o lado entrevistado como bom da história para, em seguida, identificar-se com ela. A origem negra e indígena é negada (Cf. FERNANDES; MORAES: 2010). Negros e índios figuravam apenas como grupos que deram algumas contribuições: as qualidades intuitivas dos índios e, dos negros, a resignação e resistência estoica em face do sofrimento. Nessa abordagem, negros e índios nunca estariam presentes como atores históricos importantes que tiveram e construíram temporalidades distintas da que seria narrada pelos integralistas — e jamais teriam marcos diferentes dos presentes nas narrativas por eles propostas e muito menos outros heróis.

Se a narrativa divulgada é capaz de produzir a memória, estabelecendo o que se lembra e como se lembra, e uma leitura de passado informa expectativas de futuro, a proposta integralista difundida no jornal *A Marcha*, de como deveria ser narrada a história, compartilha com seus leitores visões do passado em que o negro e o índio são esquecidos, ao menos como atores históricos destacáveis, enquanto o homem branco é enaltecido em sua saga repleta de heróis. Desse modo, o passado lido pelo próprio grupo delineava a identidade integralista e abria perspectivas de futuro, tanto para fornecer valor exemplar quanto para dar prosseguimento à saga lusitana, branca e cristã, nos trópicos.

Considerações finais

Claro é que o PRP tinha também como projeto político interferir na leitura do passado e, a partir de diálogo com sua própria memória, estabelecer conexões que permitissem duvidar da narrativa dos historiadores. Somente exercendo certo controle sobre o passado, os integralistas poderiam dispor de capital político suficiente para intervirem na esfera pública do país de maneira consistente.

No entanto, o passado mais compartilhado, seja como memória social ou como história de vulgarização, não era razoável ao Integralismo e, certamente, dificultava as ações políticas do PRP, que era integralista. Nenhum dos livros didáticos de história usados recorrentemente nas escolas brasileiras na década de 1950 foi escrito no calor dos acontecimentos. A posição de escrita *a posteriori*, como é própria da História, mas aqui de uma história sem problematizações teóricas, nos permite supor que o autor do livro didático, ao se debruçar sobre o passado, vê-se diante de certo olhar oriundo da memória social. Seus textos foram elaborados em um momento em que o Integralismo, além da derrota política dos anos de 1930, já havia sofrido outra derrota, a da disputa entre as memórias. E esse olhar

posterior, marcado pela dupla derrota integralista no período do Estado Novo — no embate político e na disputa pelo passado no âmbito da memória — “inibe nuances e possibilidades que ainda estavam lá” (VESENTINI, 1997: 26) quando o embate político ainda estava sendo travado e os diversos projetos políticos em disputa eram entrevistados por seus atores como possíveis.

Daí, nos livros didáticos de história, o Integralismo ser reduzido ao que a memória construída nos anos de 1930 sentenciou: que se tratava de movimento extremista de direita, fascista, ridículo, sem chance alguma de chegar ao poder, como ficara evidente no golpe fracassado de maio de 1938. Partindo das reflexões desenvolvidas por Reinhart Koselleck (2006), supomos que, durante os anos de 1930, os integralistas, ainda não derrotados, continuavam tendo expectativas de vitória e, por conseguinte, detinham um maior engajamento e comprometimento com seu projeto, já que o futuro estava em aberto e as possibilidades eram entrevistadas como múltiplas. Nos textos dos livros didáticos, todavia, desaparece a multiplicidade do passado, e o movimento integralista, bem como o levante de 1938, surge apenas a fim de contribuir para a atribuição de sentido a determinados rumos do governo Vargas, o qual representa a nação brasileira.

Consequentemente, a história contida nesses livros, quanto ao Integralismo, retoma o que a memória social já havia dito. Neles, a história confunde-se com a memória social e a difunde de maneira notável, dada a singularidade deste vetor de memória. Memória e história de vulgarização estão imbricadas e, em ambas, o Integralismo está estigmatizado e condenado. Apesar do engajamento das lideranças integralistas no sentido de modificar esse passado, elas não obtiveram sucesso. E esse fracasso foi capital para inviabilizar a efetivação do projeto integralista no território nacional.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

A Marcha, 25 dez. 1953

A Marcha, 11 fev. 1955

A Marcha, 5 jul. 1957

A Marcha, 6 dez. 1957

HERMIDA, Antônio José Borges. *História do Brasil*. 69ª edição. São Paulo: Editora do Brasil, 1957

LOBO, R. Haddock. *História contemporânea e história do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959.

SILVA, Joaquim. *História do Brasil* – quarta série ginásial. 16ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

Fontes secundárias

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

FERNANDES, Luiz Estevam;

MORAIS, Marcus Vinícius de. *Renovação da história da América*. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 160.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

OLIVEIRA, Laura de. *Guerra fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956 – 1968)*. Maringá: Eduem, 2015.

SANDES, Noé Freire. Entre a memória e a história: os exilados da velha república. In: GONÇALVES, Ana Teresa Marques et alii (orgs.). *Escritas da história: memória e linguagem*. Goiânia: UCG, 2004. p. 89-111. VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.